



## ERRO DE PAPILOSCOPISTAS EM IDENTIFICAÇÃO PROVOCA PRISÃO DE INOCENTE NO DF

Por volta das 6h30 de 7 de outubro de 2020, o pedreiro José Domingos Leitão, 52, levou um susto quando uma equipe da Polícia Civil do Distrito Federal apareceu em sua casa na cidade de Ilha Grande, no interior do Piauí. Conforme declarou depois à Justiça, a delegada que chefiava a equipe informou que ele estava sendo preso por ordem judicial e seria levado a Brasília. Ao indagar o motivo, a delegada teria lhe dito: "O senhor sabe muito bem. [...] Melhor assumir logo".

O pedreiro foi colocado num avião e trazido para Brasília, que fica a 2 mil km de Ilha Grande. Somente na sede da CORF, uma unidade da Polícia Civil do DF, os policiais "confirmaram que se tratava de um erro e que haviam prendido a pessoa errada".

Um ofício anexado depois pela polícia reconheceu que "constatou o equívoco posteriormente e o corrigiu imediatamente". Leitão foi "colocado em liberdade e desindiciado". Ainda teve que ficar quase três dias na casa de conhecidos no entorno do DF, até a polícia entregar as passagens de volta.

Mas como foi possível um erro tão crasso levar uma pessoa inocente à prisão? "Já temos relatos de erros semelhantes em outros Estados. Esses equívocos estão acontecendo justamente pelo uso indevido dos aplicativos ou programas de reconhecimento facial. Eles deveriam servir apenas para triagens. A partir daí, deve ser feita uma perícia. Os peritos podem desmentir erros de aplicativos porque levam em conta outros elementos. O resultado será muito mais confiável. Até porque o perito criminal responde pelos seus laudos até o trâmite final do processo", alerta o perito criminal Leandro Cerqueira Lima, presidente da ABC.

O pesadelo de José Leitão começou a partir de um "laudo de comparação facial" emitido em junho de 2020 pelo Instituto de Identificação do DF, órgão vinculado à Polícia Civil, que atestou que ele supostamente seria quem, na realidade, não era. A partir daí, a Polícia Civil requisitou e um juiz da 4ª Vara Criminal do DF determinou a prisão temporária do pedreiro e de mais cinco pessoas.

Antes de ser preso, o pedreiro não foi intimado a prestar esclarecimentos nem pela polícia nem pela Justiça. Segundo seus advogados, ele poderia ter facilmente demonstrado, com o contrato de aluguel de sua casa no Piauí, depoimentos de várias testemunhas e a matrícula escolar de seus filhos e de sua esposa, que ele morava com a família no Piauí desde 2018.

A polícia, contudo, procurava um homem que havia entrado na loja Atacadão de Taguatinga (DF) no dia 23 de julho de 2019. Esse homem - o suspeito que até agora é procurado pela polícia - usou um RG falso em nome de uma terceira pessoa e assim obteve um cartão de crédito do Banco Carrefour, a partir do qual, segundo a polícia, fez uma série de fraudes no comércio do DF. A polícia diz que cerca de cem pessoas participam da mesma "organização criminosa". No segundo semestre de 2020, a CORF desencadeou a "Operação Lombroso, cuja documentação levou ao erro contra o pedreiro.

Leitão, agora inocentado de tudo, foi parar no meio da confusão simplesmente porque a fotografia do seu RG fazia parte do banco de dados do Instituto de Identificação em meio a 1,7 milhão de faces de cidadãos do DF. Acionada por dois papiloscopistas da Polícia Civil, uma ferramenta digital de pesquisa levou 15 segundos para colocar o rosto de Leitão como o terceiro colocado em um "ranking" na comparação com a foto do homem que fraudou o cartão de crédito do Carrefour.

Após o primeiro resultado, os papiloscopistas passaram a analisar os dois rostos. Nas conclusões, disseram que "os indivíduos ostentam o mesmo tom de pele, formato geral do crânio e distribuição compatível de elementos faciais". Apontaram as supostas semelhanças. Por fim, concluíram por "identificação positiva". A defesa do pedreiro agora move uma ação de indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil contra a Fazenda Pública do Distrito Federal. (Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2022/01/01/preso-por-engano-reconhecimento-facial.htm>)

### Recado do presidente

A partir dessa edição do informativo vamos publicar uma série de entrevistas apresentando argumentos para que a categoria possa divulgar sobre a importância da autonomia do trabalho dos peritos oficiais de natureza criminal. Como falamos na edição de novembro/dezembro, a valorização da perícia oficial é uma busca constante da Associação Brasileira de Criminalística (ABC). E começamos o ano com uma nova tentativa de retirar a autonomia da Polícia Científica, hoje uma realidade em 19 Estados. Dessa vez, a proposta surgiu em Pernambuco, onde o trabalho dos peritos se destacou recentemente no uso do exame de DNA, que permitiu a uma família localizar um parente, desaparecido havia quase 30 anos, e identificar o assassino da menina Beatriz Angélica. Projeto em discussão na Secretaria de Defesa Social de Pernambuco propõe retirar a autonomia da Polícia Científica. Estamos atentos e lutando para evitar esse retrocesso.

Leandro Lima



### No CE, foto de ator Michael B. Jordan aparece em lista de procurados pela polícia

Uma foto do ator Michael B. Jordan, astro das franquias "Creed" e "Pantera Negra", foi utilizada pela Polícia Civil do Ceará em um catálogo para reconhecimento de suspeitos da chacina de Sapiranga, que matou cinco pessoas na noite de Natal.

A foto de Michael B. Jordan é uma das três imagens presentes no Termo de Reconhecimento Fotográfico da Polícia Civil do Ceará. A apresentação das fotos resultou da apreensão de um adolescente de 17 anos como suspeito de envolvimento na chacina.

Sobre a realização do reconhecimento de pessoas, a Polícia Civil informou em nota que o trabalho de reconhecimento fotográfico é "apenas uma das etapas que podem levar ao indiciamento de um acusado". Depoimentos de testemunhas e perícias técnicas nos locais de crime (coleta de impressões digitais, análise de câmeras de segurança, por exemplo) também constituem parte do processo de investigação. (Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/qual-o-perfil-do-perigoso-foto-de-michael-b-jordan-em-banco-de-dados-da-policia-nao-e-acidental-1.3178468>)



EM DEFESA DA AUTONOMIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA

## AUTONOMIA SOLUCIONARÁ PROBLEMAS IMPORTANTES AINDA EXISTENTES NOS ESTADOS

Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Perícia Médico-Legal pela Universidade Católica de Brasília, Marcos Egberto Brasil de Melo é Especialista em Medicina Legal e Perícia Médica pela Associação Médica Brasileira. Ingressou na Polícia Civil do DF como Médico Legista em 2009. Desde 2012 é Médico Legista em Goiás, onde foi Gerente do Instituto de Medicina Legal de Goiânia de 2016 a 2019 e atualmente é o Superintendente da Polícia Técnico-Científica de Goiás e Presidente do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica.

**Na maior parte dos estados a Polícia Científica já tem autonomia em relação à Polícia Civil? Nesse contexto, qual a importância da PEC 76/2019?**

Sim, a maior parte dos estados brasileiros têm sua perícia desvinculada administrativamente da Polícia Civil, com apenas oito unidades ainda inseridas na polícia judiciária. A alteração na Constituição Federal soluciona problemas importantes vividos por estados onde a desvinculação total com a Polícia Civil, apesar de amplamente positiva, trouxe alguns percalços, como questionamentos quanto ao porte de armas e de direito previdenciário. Outra grande importância dessa desvinculação é a possibilidade de padronização das perícias em todo o território nacional, com nomenclatura única, cargos similares, identidade visual, além da possibilidade de termos uma lei orgânica que promova essa padronização.

**Como a autonomia contribui para melhorar a qualidade do trabalho realizado pelos peritos oficiais?**

Em 2009, na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, a segunda diretriz mais votada foi a que previa a autonomia das perícias, como forma de melhorar a qualidade do trabalho. Com chefias sendo geridas pelos próprios peritos, especialistas, decidindo em que investir, quais equipamentos comprar, pois são aparelhos extremamente complexos, teremos muito mais eficiência nos resultados promovidos por esses órgãos técnicos, sendo isso atingido por meio de autonomia administrativa e financeira (orçamento próprio); um órgão autônomo significa órgão isento, e um órgão estruturado significa um órgão que produzirá provas robustas, qualificadas, favorecendo a resolução dos crimes.

**Quais os benefícios para a sociedade?**

A sociedade beneficia-se com um órgão pericial forte, autônomo, estruturado, já que receberá como produto fornecido pelas perícias os laudos técnicos que subsidiarão as investigações e processos judiciais, fazendo com que os culpados sejam punidos, e nunca um inocente seja condenado. Apesar do trabalho da Polícia Científica ser integrado com o da Polícia Civil na fase de inquérito, essa independência promove uma importante ausência de suspeição, como ocorrido em 2021 no Rio de Janeiro, no caso da Favela de Jacarezinho, em que houve uma intervenção do Ministério Público daquele estado solicitando que as perícias fossem realizadas em São Paulo por conta de a perícia estar subordinada à Polícia Civil.



**Como outros países tratam essa questão da autonomia da Polícia Científica? Pode citar alguns exemplos e detalhar como funciona?**

Considerando Estados Unidos, Canadá e Europa, temos que, em primeiro lugar, há uma cultura de reconhecimento do valor da ciência, de considerar como importante aquilo que os Peritos Forenses ou Investigadores Forenses (CSIs) trazem para as investigações. Não por acaso, existem filmes e seriados que retratam isso.

O valor de uma cena de crime preservada é o valor do que chamam de evidência numa investigação. No FBI (polícia federal norte-americana), por exemplo, ao lado de seus Ramos de Inteligência, e de Segurança Nacional, está o de Ciência e Tecnologia, que conta com Divisões de Laboratório, de Tecnologia Operacional e de Serviços de Informação para Justiça Criminal.

Além disso, podemos citar instituições fortes como a Police Technique et Scientifique (francesa), subordinada ao Ministério do Interior; a Polizia Scientifica (italiana), subordinada à Direção Central Anticrime da Polícia do Estado; a Comisaría General de Policía Científica (espanhola); Servicio Médico Legal (chileno), ligado ao Ministério da Justiça; Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (português), ligado ao Ministério da Justiça; e a Bundeskriminalamt (alemã), conhecida como BKA, semelhante ao FBI norte-americano.

A valorização e o reconhecimento (lá fora) para as polícias científicas podem ser vistos quando se conhece a própria INTERPOL, que considera “o conhecimento e os dados decorrentes da atuação dos especialistas forenses (peritos em tradução livre) vitais para investigações internacionais”.



## Exame de DNA realizado pelos peritos de Pernambuco identificam autor de crime no “Caso Beatriz”



Faca usada para matar a menina Beatriz Angelica foi peça-chave para coleta de material genético que identificou suspeito — Foto: Reprodução/TV Globo

Marcelo da Silva, de 40 anos, após ser identificado, prestou depoimento a delegados e foi indiciado. Menina foi morta a facadas, dentro de colégio particular de Petrolina, no Sertão, em 2015. A peça-chave para esclarecer a morte da menina Beatriz, foi a faca usada pelo criminoso, que já estava preso por outros crimes. Os peritos coletaram o DNA no cabo da arma, deixada no local do homicídio. A faca foi entregue ao Instituto de Genética Forense, no Recife, um dia depois do assassinato. A partir da análise do material contido na faca, foi possível comparar com o material genético de 124 pessoas consideradas suspeitas pela Polícia Civil ao longo dos seis anos da investigação. As amostras foram coletadas pelos peritos do Instituto de Genética Forense Eduardo Campos, desde 2015. A perícia constatou que nenhuma delas tinha ligação com o crime. Na primeira semana de janeiro de 2022, os dados coletados pelos peritos na faca utilizada no crime foram aprimorados, o que possibilitou a inclusão do perfil genético do assassino no banco de dados da Polícia Científica.

**PR** – Desde 10 de dezembro, a Polícia Científica do Paraná (PCP) está atuando a partir de um plano de ação criado para ampliar e manter os serviços de Criminalística (IC) e Medicina-Legal (IML) ininterruptos na região do litoral durante o verão. O reforço para esta temporada abrange os municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. Contando as três, a Polícia Científica já recebeu, até 11 de janeiro, 316 solicitações de exames periciais. “Uma das nossas vertentes de trabalho, que já estamos executando nesta temporada, tem sido fortalecer os serviços já prestados pelos peritos e médicos legistas nas cidades litorâneas em razão do crescimento do fluxo de pessoas na região”, afirma o Diretor do Instituto de Criminalística do Paraná, Mariano Schaffka Netto. Os exames mais solicitados às unidades de apoio nesta temporada são o de eficiência e prestabilidade de armas de fogo e munições (212 itens), de substâncias químicas (40 itens) e de Lesão Corporal, feito no IML (14 solicitações).

**MG** – Três peritos criminais de Minas Gerais estão atuando na apuração das causas da queda da rocha em Capitólio (MG), que matou 10 pessoas no começo de janeiro. A equipe, integrada ainda por um perito criminal da Polícia Federal, conta com dois profissionais que são especialistas em geologia, ciência que estuda diversos aspectos da Terra, incluindo sua composição e estrutura. Os dez mortos no incidente já foram identificados e sepultados. Todos estavam na mesma embarcação, chamada Jesus. A perícia estima que há pelo menos duas lanchas no fundo do lago, além da "Jesus", onde estavam os dez mortos. A suspeita é que essas lanchas foram viradas pela onda gerada pela queda da rocha. As investigações seguem em andamento e ainda não há prazo definido para conclusão. Entre as vítimas, quatro eram da mesma família e os outros eram amigos. Todos estavam hospedados em um rancho em São José da Barra e fecharam um passeio de barco em Capitólio.

**RS** – Uma perícia de comparação facial foi responsável por confirmar a identidade de uma mulher que aplicava o chamado golpe dos nudes na internet. A golpista, presa no final de novembro, gravava vídeos ameaçando homens que haviam trocado fotos ou vídeos íntimos com outras pessoas da quadrilha. O objetivo era extorquir as vítimas, ameaçando expor a situação para familiares ou fazer denúncias para a polícia. Outra suspeita foi presa em Farroupilha. Dois vídeos gravados pela mulher foram enviados para a Seção de Perícias em Áudio e Imagens (Sepai) do Departamento de Criminalística do Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul (IGP-RS). No primeiro, ela se passava por mãe de uma jovem que teria recebido imagens íntimas da vítima do golpe. Em outro, simulava estar em uma delegacia e agir como se fosse policial, ameaçando processar a vítima pela troca de mensagens com uma suposta menor. A perícia é feita com o uso de dois softwares específicos, e requer conhecimentos de processamento de imagens e anatomia facial humana.

## Órgãos de perícia oficial passam a ser chamados de Polícia Científica no Pará e em Santa Catarina

Polícia Científica é a nova denominação dos órgãos de perícia oficial no Pará e Santa Catarina. O governador Helder Barbalho (MDB) sancionou, no final de dezembro, a Lei 9.382/21, que confirma a criação da Polícia Científica do Pará, em substituição ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, criado em janeiro de 2000. Com isso, os institutos que formam o órgão passaram a denominar-se Instituto de Medicina e de Odontologia Legal “Renato Chaves” e Instituto de Criminalística “Iran Bezerra”, como forma de homenagem ao médico legista e ao perito criminal que fazem parte da história das ciências forenses do Estado. Em Santa Catarina, a Assembleia Legislativa aprovou em 21 de dezembro a nova nomenclatura e identidade visual do Instituto Geral de Perícias, que passou a se chamar Polícia Científica de Santa Catarina, a partir de proposta apresentada pelo governador, Carlos Moisés (sem partido). A padronização nacional fortalece a imagem e representatividade das perícias frente à população e demais órgãos da área de segurança pública.

